

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.061 - RS (2018/0187342-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : DEONILA MARCANTE GUERRA  
**AGRAVANTE** : CARMEN REGINA VARGAS THOME  
**AGRAVANTE** : HOOVER BRUM  
**AGRAVANTE** : JORGE FLORES TORELLY  
**AGRAVANTE** : LAURI NORBERTO DE ASSIS  
**AGRAVANTE** : FISCHER IMOVEIS LTDA  
**AGRAVANTE** : MADRUGADA ALIMENTOS LTDA  
**AGRAVANTE** : NELSON FIABANE  
**AGRAVANTE** : OBJETIVA - LABORATORIO DE PATOLOGIA LTDA  
**AGRAVANTE** : ORESTES MODESTO CALGAROTO  
**AGRAVANTE** : PELSUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA  
**AGRAVANTE** : RICARDO WALTER GLAUCHE  
**AGRAVANTE** : TERESA DE FATIMA ALVES DA SILVA  
**ADVOGADOS** : MOACIR LEOPOLDO HAESER - RS045143  
AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958  
JOÃO PEDRO WEIDE - RS057079  
**AGRAVADO** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : PAULA MALTZ NAHON - RS051657  
GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN - RS044046  
CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325  
JULIO CESAR KNORR DE OLIVEIRA - RS081775  
DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112

**EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÕES DE OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUPOSTA POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE VALORES QUE FOI AFASTADA NA ORIGEM. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA 7/STJ. MULTA DO ART. 1.026 DO CPC/2015. MANUTENÇÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por DEONILA MARCANTE GUERRA e OUTROS em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c", do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal e interposto

contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (e-STJ fls. 554-561).

Opostos embargos de declaração, restaram acolhidos para sanar contradição, sendo assim ementado:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM S/A.*

*CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. Existindo contradição no acórdão embargado, é caso de acolhimento dos embargos.*

*PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.*

*IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO JULGADOR. A pretensão do embargante é rever a matéria já decidida e enfrentada no acórdão.*

*Impossibilidade de reapreciação da matéria julgada, por meio de embargos declaratórios.*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS. (e-STJ fl. 617)*

Opostos novos embargos de declaração, foram desacolhidos com aplicação de multa.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 662-695), apontam as partes recorrentes ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 223, 505 e 507 do CPC/2015.

Alegam negativa de prestação jurisdicional por omissão sob a alegação de que o acórdão guerreado violou o princípio da preclusão, da segurança jurídica e da estabilidade da demanda, assim como o da paridade entre credores, ao vedar a liberação do valor homologado no laudo pericial (e-STJ fl. 672).

Defendem que o cálculo deve ser analisado de forma integral, pois, do valor em conta judicial, parte ainda é devida aos credores, sendo manifesta a violação das disposições do Código de Processo Civil pelo acórdão guerreado, que teria afrontado o instituto da preclusão (e-STJ fl. 673).

Sustentam, por fim, o descabimento da multa por embargos de declaração protelatórios

Foram especificamente impugnados os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Com efeito, a irresignação recursal não pode prosperar.

Quanto à alegada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil, constata-se que não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide **com fundamentação suficiente a controvérsia**.

A pretensão recursal, em verdade, traduz-se em **inconformismo** com a decisão posta. Amolda-se à espécie, pois, o entendimento pretoriano consolidado quanto à desnecessidade de que o Tribunal, ao proferir sua decisão, aprecie expressamente todas as questões suscitadas pelas partes, bastando que no acórdão constem os fundamentos utilizados para se chegar à conclusão exteriorizada e esta apresente uma solução à questão jurídica que lhe foi submetida pelas partes.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ANÁLISE DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 123 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE QUESTÕES CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE.*

*(...)*

*2. Quando o Tribunal de origem, ainda que sucintamente, pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não se configura ofensa ao artigo 535 do CPC. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte.*

*3. (...)*

*4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no Ag 1265516/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 22/06/2010, DJe 30/06/2010, grifei)*

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. MULTA ADMINISTRATIVA. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.*

**1. Não há falar em omissão existente no acórdão quando o Tribunal local julga integralmente a lide, apenas não adotando a tese defendida pela recorrente, tampouco se pode confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Precedentes.**

**2. [...]**

**3. Agravo interno a que se nega provimento.**

**(AgInt no AREsp 1036898/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 12/06/2017)**

No que tange à violação dos arts. 223, 505 e 507 do CPC/2015, o inconformismo mais uma vez não prospera.

Na espécie, a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela ausência de preenchimento dos requisitos para liberação dos valores em favor das partes ora recorrentes, com a seguinte fundamentação:

*(...) De fato, conforme se verifica nos autos eletrônicos, ainda há valores depositados no processo. Fora penhorado nas contas da empresa recuperanda, em 07.12.2011 (e-fls. 339 do agravo de instrumento), o valor de R\$ 385.182,38. Deste valor, apenas 50% foi destinado à parte embargante, pois, no que diz com os outros 50%, ainda havia controvérsias a serem esclarecidas, especialmente em relação aos cálculos.*

*Pois bem, o que pretende a embargante é que o restante do valor depositado seja-lhe liberado em virtude que haveria concordância expressa da empresa recuperanda neste sentido. Tenho, nesse particular, que não lhe assiste razão.*

**De nova análise dos autos eletrônicos do agravo de instrumento embargado, percebe-se que de acordo com a perita nomeada para auxiliar o juízo, restou identificado um saldo a ser devolvido para a empresa de telefonia, nada mais tendo que ser destinado a embargante (vide laudo a cálculos de e-fls. 416-467).**

*Tal identificação fica muito clara em e-fl. 466, quando a perita, ao tratar dos valores, explicita que a parte autora já teria levantado o que lhe cabia. Já em relação a Brasil Telecom, a mesma perita defende a existência de valor a ser sacado pela empresa em recuperação.*

*No mesmo sentido, à e-fl. 480, há manifestação da parte embargada dizendo que nada tem a se opôr em relação aos cálculos aqui já citados. Ocorre que a manifestação da Brasil Telecom leva em consideração os cálculos elaborados e que*

*determinaram a existência de valores a serem levantados em seu proveito, não da parte autora.*

*Desta forma, em relação ao pedido elaborado pela embargante de liberação do saldo residual depositado, não há contradição a ser sanada. (e-STJ fls. 621-622 g.n.)*

Desse modo, constata-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

No mesmo sentido: AREsp nº 1.446.413-RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, in DJ 22.04.2019; e, AREsp nº 1.352.965-RS, Rel. Ministro Raul Araújo, in DJ 03.06.2019.

Por fim, no que tange à multa estabelecida pelo art. 1.026 do CPC/2015, impõe-se a sua manutenção, uma vez que o acórdão recorrido já havia decidido de modo claro as questões arguidas, não havendo a necessidade de oposição de novos embargos de declaração.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS PROMOVIDA POR PARTICULAR. SEGUNDA FASE. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. LEGITIMIDADE PASSIVA. SUCESSÃO ENTRE BANCO BAMERINDUS E HSBC. SÚMULAS 5 E 7. MULTA DO ART. 538 DO CPC/1973. MANUTENÇÃO. SÚMULA 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.*

*2. (...).*

*3. Manutenção da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC/1973, (art. 1.026, § 2º, do atual CPC), porquanto o acórdão do Tribunal Estadual já havia analisado e decidido de modo claro e objetivo as questões que delimitaram a*

controvérsia, não havendo a necessidade de oposição de embargos de declaração.

4.(...).

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 986.173/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018)

**Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE provimento.**

Advirta-se que "*não cabe a majoração dos honorários advocatícios nos termos do § 11 do art. 85 do CPC de 2015 quando o recurso é oriundo de decisão interlocutória sem a prévia fixação de honorários*" (AgInt no REsp 1.507.973/RS, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, julgado em 19/5/2016 e publicado no DJe de 24/5/2016).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator